

NEOLIBERALISMO E TEMPORALIDADE

Erick Kayser

Doutorando em História no PPGHIST-UFRGS

Contato: erickdasilva@gmail.com

O capitalismo do século XXI pode ser compreendido como o prolongamento de sua fase caracterizada pelo domínio político neoliberal. Sua incidência e abrangência em diversos aspectos da vida social, demonstram sua inegável condição hegemônica. Mais do que isso, esta ampla e por vezes difusa penetração da lógica neoliberal poderia apontar para a conversão do neoliberalismo como a nova racionalidade do mundo. Partindo deste pressuposto, neste trabalho, se buscará explorar os traços definidores do que seria uma incidência neoliberal sobre as relações de temporalidade contemporânea. As relações sociais de temporalidade são uma construção historicamente situadas no tempo e no espaço, por tanto, é de se supor que neste terreno também a racionalidade neoliberal já se faça perceptível.

A leitura do neoliberalismo como a *razão do capitalismo contemporâneo* foi popularizada pelo livro *A nova razão do mundo* (2016) dos franceses Pierre Dardot e Christian Laval. Nele apontam que estaríamos vivenciando um capitalismo desimpedido em suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e uma norma geral de vida. Como racionalidade, sua tendência não é apenas organizar e estruturar a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. “Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade” (DARTOT & LAVAL, 2016, p.16). Enquanto nova razão do mundo, o neoliberalismo busca estabelecer certos tipos de relações sociais que incidiriam sobre a forma de nossa existência. Mesmo a noção de indivíduo é afetada, instada a conceber-se como uma empresa. “Tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana” (idem, p.16, grifo dos autores). A abrangência desta busca pela totalização pode ser explicada pela amplitude dos fatores que envolveram a sua vitória: político (conquista

do poder por forças neoliberais), fatores econômicos (crescimento veloz do capitalismo financeiro globalizado), seus aspectos sociais (individualização das relações sociais e erosão as solidariedades coletivas) e ainda sob seu aspecto subjetivo (surgimento de um “novo” sujeito e desenvolvimento de novas patologias psíquicas).

A noção do neoliberalismo como uma *racionalidade* foi originalmente elaborada por *Wendy Brown* cuja tese deriva de uma leitura da noção de governamentalidade de *Michel Foucault*, em particular de sua obra *Nascimento da biopolítica - volume que surgiu das palestras ministradas no Collège de France de janeiro a abril de 1979*. O trabalho de *Foucault* possui o mérito do pioneirismo e de antever certos desenvolvimentos do neoliberalismo que apenas se insinuavam no momento de sua pesquisa. *Foucault* não viveu tempo suficiente para vislumbrar o pleno desenvolvimento e conversão do neoliberalismo na governamentalidade dominante no ocidente e periferias ocidentalizadas. Em parte por esta razão, mas não apenas, a leitura de *Foucault* sobre o neoliberalismo é insuficiente para uma compreensão crítica adequada deste fenômeno. O mérito dos trabalhos de *Dartot* e *Laval*, mas especialmente de *Brown*, é preencher algumas das lacunas e um esforço de contornar certos limites da leitura *foucaultiana* da razão neoliberal.

A governamentalidade neoliberal busca regular a todas as dimensões da vida humana, suas incidências e manifestações, certamente, não assumem um todo uniforme e coerente, havendo inúmeras contradições em seu seio e mesmo aspectos antitéticos em sua conformação. Para exemplificarmos, se o discurso modernizador assumido pelo neoliberalismo, em boa medida, busca sua legitimidade na institucionalidade estabelecida nos marcos democrático-liberais; por outro lado, invariavelmente são adotados expedientes autoritários para a implementação das políticas neoliberais, contrariando ou mesmo rompendo com os padrões democráticos que afirmam reivindicar.

Contradições a parte, o neoliberalismo afirma-se como uma ideologia no exato momento que sua presença é ignorada e naturalizada num conjunto de práticas cotidianas. Aqui nos cabe interrogar de que forma o neoliberalismo incidiu sobre as dimensões de historicidade contemporâneas. As maneiras com que as relações entre passado, presente e futuro são percebidas sofreram sensíveis modificações de sentidos que indicam uma lógica específica – embora de modo imperfeito – e uma instrumentalização política. Partindo de

um pressuposto que as experiências do tempo teriam sofrido mudanças recentes substanciais no mundo, estas podem ser sintetizadas, como aponta o historiador francês François Hartog, num regime presentista de historicidade. Com a noção de presentismo demarca-se a peculiaridade da nossa atual relação com o tempo, colocando-se em relevo a forma que o Ocidente e o mundo ocidentalizado experimentam sua relação temporal, marcada por um presente único, sob a tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo. “Um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo” (HARTOG, 2015, p.15).

No regime presentista de historicidade estaríamos vivendo numa ordem do tempo desorientada, entre dois abismos: de um lado um passado que não foi abolido e esquecido, mas que não orienta o presente e nem permite imaginar o futuro; de outro, um futuro sem uma figuração antecipada. No presentismo, a relação de diferenciação entre o evento passado considerado “histórico” e o presente vivido se alteraram. A atual particularidade desta relação é que, “o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado. Volta-se, de algum modo, sobre si próprio para antecipar o olhar que será dirigido por ele, quando terá passado completamente, como se quisesse ‘prever’ o passado” (HARTOG, 2015, p.150). Assim, busca-se de certa forma controlar a narrativa histórica futura sobre os eventos do presente. Exemplo grandiloquente disto foram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, onde a lógica do evento contemporâneo se fez valer em sua máxima potência, quando sob as câmeras e olhares do mundo, testemunhou-se ao evento em tempo real.

As reflexões de Hartog sobre um regime presentista de historicidade sintetizam dimensões importantes para um esforço de compreensão das atuais relações humanas com o tempo. No entanto, entre os limites da análise de Hartog, para além de certos eurocentrismos mal disfarçados, está a ausência de uma reflexão que incorpore a dimensão do político em um regime de temporalidade. Entre as muitas reflexões possíveis sobre a política em uma época presentista ou ainda sobre o presentismo enquanto construção política, indicam uma promissora capacidade analítica da instrumentalização deste conceito, aqui se buscará explorar um destes caminhos alternativos, expondo a hipótese de que a experiência presentista encontra sua contraparte política, e mesmo constitutiva, no neoliberalismo. Vamos agora explorar um pouco este caminho.

Tendo por eixo estruturante um conjunto de postulados que conformariam sua ortodoxia econômica, o neoliberalismo não se expressa em um corpo de ideias plenamente coerente em outros temas, comportando variações entre as correntes intelectuais que o difundem, ainda que os componentes culturais “liberais” tenham perdido espaço, frente seu conservadorismo dominante¹. O surgimento do chamado neoconservadorismo (CUEVAS, 1989 p.21-22), a partir da guinada conservadora na década de 1980, não seria um acontecimento fortuito. Será a partir deste conservadorismo associado ao radicalismo econômico, que o neoliberalismo buscaria a força e a adesão social necessária para construir sua conversão no discurso dominante do capitalismo atual. Apresentando-se como uma “revolução anticomunista”, o neoliberalismo conseguiu o notável feito de converter a desigualdade em um valor positivo. A pioneira (e sangrenta) experiência de governo neoliberal no mundo, a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, converteu-se no paradigma desta conversão de práticas de governo que até então eram tidas como inaceitáveis, como as únicas possíveis e até mesmo desejáveis.

A condição de hegemonia do pensamento neoliberal é notável. Certos ditames do neoliberalismo converteram-se quase que em um “saber popular”, tornando-se ilegítimo sequer questionar estes princípios, como por exemplo, a obrigatoriedade dos Estados “honrarem suas obrigações” com a banca financeira, em detrimento do bem-estar de seu povo. Para justificar a adoção das chamadas “medidas amargas”, evoca-se um permanente jogo discursivo, onde uma retórica neoliberal sobre o tempo se faz valer em toda sua essência. O discurso neoliberal opera permanentemente a partir de uma lógica *presentista* da política: apontando para uma certa leitura antinostálgica do passado (“erros cometidos lá atrás nos trouxeram a esta situação”) e uma prospecção negativa do futuro (“se as reformas não forem feitas, o desastre será inevitável”), onde se articula uma perspectiva política onde o presente é o único horizonte possível.

Como consequência, se derivará o bloqueio a representações idealizadas do futuro (de tipo utópicas em seu sentido mais difuso) e sua substituição por uma representação futurista distópica. A representação *presentista* da história se ajusta a esta lógica, na medida que futuros idealizados através da ação coletiva sedem lugar a um horizonte de

¹Aqui o termo “liberal” é utilizado em seu sentido anglo-saxônico, dizendo respeito a defesa da liberdade, coletiva e individual, nos campos culturais, dos costumes etc.

expectativas reduzido, onde os sonhos futuros restringem-se a desejos individuais. Sua efetividade ocorre não apenas derivada dos processos que conduziram a ascensão do neoliberalismo, mas também pelo fundo de veracidade contida na representação distópica. A plausibilidade da distopia pode ser sintetizada pela difusa sensação de que estaríamos “vivendo no fim dos tempos” (ŽIŽEK, 2011)². Este aspecto é alimentado pelas inúmeras crises e fatores que se insinuam ameaçadoramente sobre a vida social. Quando até mesmo as outrora comemoradas inovações tecnológicas convertem-se em virtuais ameaças (como na automação do trabalho³), se amplia o espectro da adesão subjetiva produzida pelo medo que a dissolução das relações sociais cria. Um indicador desta adesão pode ser medido nos cinemas e séries, com o sucesso de público das representações negativas e ameaçadoras do futuro, indicando a credulidade com estas narrativas⁴. Sua implicação política parece confirmar que “é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo”⁵.

Estas mudanças nas relações sociais de temporalidade também foram estimuladas por mudanças estruturais no capitalismo. São bastante conhecidas as consequências da mundialização financeira, gestada no processo de liberalização, desregulamentação e integração dos mercados de capitais pelo planeta. A acelerada financeirização das economias nas últimas décadas, estimulando ou acompanhando a um processo global (e desigual) de reestruturação produtiva, reordenou algumas lógicas e hierarquias centrais do capitalismo. O papel ocupado atualmente pelo capital financeiro, secundarizando os capitais produtivos, parece ter atingido, neste momento, o seu pleno apogeu. Nesta configuração atual do capitalismo – vinculada intrinsecamente à ampliação sem precedentes das dimensões sociais submetidas a mercantilização – a chamada financeirização pode ser compreendida como um processo de reordenação geral da lógica

²Žižek apontaria para “quatro cavaleiros do Apocalipse” que poderiam levar o sistema capitalista global a um ponto zero: a crise ecológica; as consequências da revolução biogenética; os desequilíbrios do próprio sistema e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais. (2011, p.11-12)

³Os pesquisadores C.Frey & M.Osborne,(2013) trazem dados indicando que 47% dos postos de trabalho existentes correm risco de desaparecer.

⁴Filmes como as franquias *Matrix* (dir. Lana & Lilly Wachowski), *Mad Max* (dir. George Miller) *The Hunger Games* (dir. Gary Ross/ *Jogos Vorazes* no Brasil) *A.I.* (Dir. Steven Spielberg), ou séries como *Black Mirror* (criada por Charlie Brooker) e *The Walking Dead* (criada por Robert Kirkman) variam entre o terror tecnológico, a hecatombe social/biológica ou uma combinação destas, em comum, a inexistência de uma redenção futura.

⁵Esta frase, de autoria desconhecida, é atribuída tanto a Fredric Jameson como a Slavoj Žižek. (FISHER, 2016, p.22)

de acumulação, priorizando a valorização financeira. Assim, dessa forma, passa a submeter ao processo produtivo como um todo aos seus objetivos, temporalidades e formas de funcionamento.

O tempo do capital financeiro é regulado por uma constante antecipação do futuro, as expectativas de amanhã geram os lucros de hoje. Transformando uma sociedade capitalista cuja lógica, de uma forma mais ou menos geral, obedecia aos delimitados e rígidos “tempos da produção” ou “tempo da fábrica”; assistimos hoje sua paulatina e quase irrefreável substituição pelo “tempo financeiro” ou “tempo da bolsa de valores”. Com o capital deslocando sua vinculação principal com o “real” do mundo produtivo, tendo na financeirização seu principal vetor de dinamismo, aprofunda-se, de forma dramática, o diagnóstico já feito por Karl Marx (2013), de que o objetivo final do capital obedece a um tautológico ordenamento: o capital deve gerar mais capital, para assim, gerar mais capital! Um movimento circular, cuja finalidade última se autolegitima. O capital é um fim em si mesmo, cada vez mais apartado da sociedade, condicionando-a a este seu designo último.

O neoliberalismo, com seu presentismo, busca representar uma ruptura ou superação da historicidade da modernidade, mas sem conseguir, de forma plena, atingir seu objetivo. Tendo que, não apenas conviver com traços importantes da modernidade, como até mesmo reivindicá-la como condição de existência. Esta é a forma ambivalente com que, ao mesmo tempo que busca estabelecer um “ponto final” na história, recusando qualquer futurismo modernista, acaba tendo de, forçosamente ou não, valer-se da “aceleração do tempo”, típica da modernidade, para sua legitimidade. Vejamos brevemente esta a relação entre tempo acelerado e modernidade.

No ocidente, a partir do século XVI, o tempo escatológico da historicidade cristã, paulatinamente cedeu espaço para a temporalidade moderna. No século XVIII este processo atingiria seu pleno desenvolvimento, tendo na Revolução Francesa um de seus momentos paradigmáticos. A revolução seria o símbolo maior desta mudança cultural, onde homens e mulheres deslocariam da providência divina para si próprios os seus destinos. Aliada a uma crença na razão humana, através da noção de progresso, tinha-se os meios factíveis para a própria humanidade construir as condições para um futuro idealmente superior ao presente. Se caracterizaria o futuro deste progresso em duas

direções: numa, pela aceleração com que se põe à nossa frente, noutra, por seu caráter desconhecido. A aceleração do tempo abrevia os campos de experiência e fratura sua continuidade, colocando a relação com o presente em suspenso, frente a um futuro não realizado, mas próximo. A tarefa do planejamento temporal se apresenta neste momento. “É apenas no turbilhão da aceleração que nasce um movimento de adiamento, que contribui para a antecipação do tempo histórico pela alternância de reação e revolução” (KOSELLECK, 2006, p.37).

A aceleração do tempo, seja ela em suas manifestações política e filosóficas⁶, ou ainda em termos materiais, através dos efeitos da Revolução Industrial⁷, é um dos traços fundamentais da modernidade. Desta forma, a relação com a aceleração do tempo, um traço indissociável da modernidade, não podendo ser negado ou superado, assume novas feições, gerando consequentes crises neste atual estágio do capitalismo. Como aponta o sociólogo alemão Hartmut Rosa (2005), contemporaneamente, a aceleração social, institucional e individual estaria defasada em relação à aceleração das tecnologias e da economia. Para Rosa, desta “dessincronizações” das forças de aceleração (revoluções tecnológicas, ritmo de vida, etc) com as instituições (governos, judiciário, educação, etc) que resultariam os efeitos desestabilizadores (e mesmos nefastos) na modernidade tardia: falta de confiança nas democracias, retorno e expansão das doutrinas ultraconservadoras, incapacidade de eliminar ou diminuir o grau de alienação dos indivíduos e etc.

O capitalismo atual com sua hiperaceleração dos circuitos do capital e tendo a financeirização como centro (re)organizador do capitalismo atual, estimula processos que derivam efeitos subjetivos (e objetivos) marcantes, de múltiplas e variadas incidências. Como já mencionado, a noção de tempo acelerado é invariavelmente associada as transformações tecnológicas e seus variados impactos. Seus efeitos sobre o mundo do trabalho, com a difusão da automação, substituindo pessoas por máquinas, em diversos

⁶No século XIX, A noção de os homens e as mulheres poderiam, através da razão e dos avanços técnicos, modificar sua realidade de forma intencional, se faria presente em todas as grandes correntes filosóficas europeias, desde o liberalismo, até comunismo e o anarquismo.

⁷A revolução industrial e a aceleração dos ritmos produtivos, trariam mudanças materiais significativas nas formas de sociabilidade, como por exemplo a transição de um tempo humano ditado pelos ritmos da natureza, passando para a disseminação e imposição do controle mecânico do tempo, numa espécie de “ditadura do relógio”, como bem apontado por Benedict Anderson (1993, p.43-62).

setores da economia e cuja tendência aponta para sua ampliação para quase todas as funções laborais (desde o trabalho simples até as atividades de maior complexidade), apontam para perspectivas de maior precarização nas relações de trabalho. Precarizado, o trabalhador se vê obrigado a literalmente correr pela sobrevivência, a aceleração de sua vida se pauta pela urgência de desempenhar múltiplas (e mal remuneradas) tarefas, cabendo apenas a si a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. As recentes propostas de reformas nas leis trabalhistas no Brasil e na França são exemplos de como as políticas neoliberais estão utilizando as inovações tecnológicas como meio de institucionalizar o trabalhador precarizado, estimulando, pela ação do Estado, a condição de *homo oeconomicus* como sujeito universalizante⁸.

Aprofundando, e talvez extrapolando um pouco a questão, parece sugestivo indicar os limites desta configuração do ser como “capital humano”. Nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, em meio a uma crescente dissolução das fronteiras entre tempo privado e profissional, entre trabalho e consumo, estimulada pela conexão permanente, é conferida uma valoração à atividade em si mesma, em uma reificação que extrapola alguns dos pressupostos do paradigma anterior da ética do trabalho. Estaria em curso, como aponta Jonathan Crary, um novo modelo de normatividade, cuja realização demanda temporalidades do tipo 24/7 – 24 horas por sete dias na semana. Neste modelo, tem-se a inscrição generalizada da vida humana na duração sem descanso, com um princípio de funcionamento contínuo. “Um ambiente 24/7 aparenta ser um mundo social, mas, na verdade, é um modelo não social, com desempenho de máquina – e uma suspensão da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia” (CRARY, 2017, p.18). Esta noção de um tempo acelerado, ritmado pela expressão 24/7, complementar a Crary, é uma redundância estática, que evoca um esquema arbitrário e inflexível de uma semana de duração, esvaziado de experiências, cumulativas ou não. Ao nosso juízo, dentro da análise aqui colocada, a crítica de Crary aponta mais para situações tendenciais – ainda que amparada em elementos presentes – do que uma generalização descritiva, com inegáveis méritos, que nos auxiliam a compreender a temporalidade em

⁸Como argumenta Wendy Brown, (2015), o *homo oeconomicus* neoliberal toma forma como capital humano de valor, em todos os espaços sociais e não como uma criatura de troca, produção ou mesmo interesse.

um mundo acelerado. Se o tempo é, em si, um componente de valor do capitalismo, nesta dinâmica 24/7, o “roubo do tempo” passa a ser uma norma totalizante e opressora.

Aqui estamos tratando da forma como se apresenta a subjetivação neoliberal, associada a fenômenos que constituiriam as suas representações do sujeito. Estas são questões que se colocam com relevância para um esforço crítico de percepção dos atuais processos de relação social com o tempo, em sua dimensão de historicidade. Perceber estas relações em termos de sua associação a uma série de fenômenos que poderíamos sintetizar como de natureza político-econômico-cultural, nos parece um caminho indicado para identificar, com a devida complexidade, estas possíveis mudanças e usos políticos da temporalidade contemporânea. Situar estes elementos nos auxiliam a desvelar o conjunto de agentes e setores, seus interesses e intencionalidades, que direta e indiretamente, compõem as relações de historicidade, constituídas em uma dinâmica hierarquizada pela dominação classista do capitalismo. Tendo estes pressupostos colocados no esforço analítico, evita-se recair em uma metaforização do tempo que, ao ignorar estes aspectos, muitas vezes pode resvalar em uma lógica determinista, seja ela metafísica ou não, das relações de historicidade.

A guiza de conclusão, assim, estaríamos vivenciando a paradoxal situação de um tempo acelerado coabitar com uma historicidade presentista, expõe a ambivalência entre seus objetivos e condições constitutivas indesejáveis de uma temporalidade neoliberal. Até aqui buscou-se examinar dois fenômenos distintos das relações e representações sociais de temporalidade, a aceleração do tempo e o presentismo, situando o neoliberalismo (enquanto nova racionalidade hegemônica do capitalismo), como elemento articulador entre ambos. Mas, como já mencionado, esta é uma articulação precária, de improvável estabilidade.

Em uma temporalidade estabelecida necessariamente de forma instável e até mesmo disfuncional, converte a própria experiência humana com o tempo em um terreno de disputa política. Desta forma, inserindo o político como campo de disputa, é possível pensar o presentismo como a projeção temporal do neoliberalismo. Em termos do ofício do historiador, se partilharmos do pressuposto benjaminiano da necessidade da história ser “escrita a contrapelo”, mais do que um exame crítico analítico das relações de temporalidade socialmente constituídas e dominantes, deve-se destinar um olhar

privilegiado para as fissuras e resistências a esta normatividade que se impõe. No terreno da historicidade e seus regimes, devemos nos desafiar a confrontar e observar as perspectivas alternativas e rivais. Este exercício não objetiva negar a existência de uma ordem hegemônica, mas a delimitar e circunscrevê-la com maior exatidão, não a elevando a uma condição irrefreável, aduzida por certo pessimismo e resignação analítica, que acaba negando ou silenciando as resistências.

Não careceriam pressupostos analíticos e nem exemplos socialmente postos a possibilitar este esforço. A quiza de conclusão deste ensaio, apenas será apontado algumas pistas iniciais que ilustram as possibilidades deste caminho. Em termos conceituais, poderíamos confrontar a racionalidade neoliberal evocando, por exemplo, uma perspectiva do Comum, como apontam Dardot e Larval (2017), atuando este como um princípio contido na atividade dos seres humanos e que poderia articular lutas efetivas contra o capitalismo e por novas formas de governo coletivo e democrático. O que, em boa medida, aponta essa ressignificação do comum demandando uma revolução. Nesta mesma direção, haveriam ainda autores que apostariam até mesmo na reabilitação de antigas bandeiras políticas, capazes de sintetizar este governo dos comuns, livres das amarras e contradições de experiências pregressas, como na Hipótese Comunista de Alain Badiou (2012), apontando para as potencialidades do comunismo, no século XXI, vir a ser o grande antípoda do neoliberalismo. Se, num primeiro momento, apostar nesta alternativa possa soar como mera especulação, sem concretude alguma, não é demais lembrar que o liberalismo clássico, em crise desde fins do século XIX, viria a ter sua “morte” decretada com a crise de 1929 e passaria por um penoso ocaso até ser reabilitado em uma nova e radicalizada versão na década de 1970.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 1993.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. Nova York: Zone Books, 2015.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora 2017.

CUEVA, Augustín. A guinada conservadora. IN: CUEVA, A. (Org.) **Tempos conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989.

DARTOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: ¿No hay alternativa?** Buenos Aires: Caja Negra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FREY, Carl Benedikt & OSBORNE, Michael. **The Future of Employment: How susceptible are jobs to computerisation?** Oxford: Oxford Martin School, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROSA, Hartmut. **Social acceleration: a new theory of modernity**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2010.